

AJUSTE FISCAL

Após subir, CPMF terá queda gradual

Ministro-chefe da Casa Civil confirmou redução a partir do ano 2000; nova alíquota pode chegar a 0,38%.

MÔNICA YANAKIEW

BRASÍLIA – O ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, confirmou ontem que a proposta de ajuste fiscal do governo, que será detalhada hoje, prevê uma redução gradual nos próximos anos da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), depois de sua elevação. A redução será feita a partir do ano 2000.

O *Jornal Nacional*, da TV Globo, informou ontem que a alíquota da CPMF será elevada inicialmente dos atuais 0,20% para 0,38%. Essa nova alíquota teria sido fixada durante reunião da Câmara de Política Econômica, ontem à noite no Palácio do Planalto. Carvalho não quis confirmar essa informação e disse apenas que várias propostas foram discutidas na reunião. Atribuiu a informação da TV Globo a fontes do Congresso.

São duas as razões do governo para a redução gradual da alíquota da

CPMF. Primeiro, porque a área econômica considera que a maior parte do ajuste deve ser feita em 99. A outra razão são as reformas que o governo espera que sejam aprovadas pelo Congresso ainda no próximo ano, o que garantirá o ajuste das contas públicas em caráter definitivo.

No pronunciamento que fez à Nação ontem à noite, o presidente Fernando Henrique Cardoso informou que o corte de gastos previsto para o próximo ano será de R\$ 8,7 bilhões – o que corresponde a pouco menos de 1% do Produto Interno Bruto (PIB). Mas o governo ainda não divulgou qual é a receita a ser obtida com o aumento de tributos (basicamente da CPMF e das contribuições previdenciárias pagas pelo funcionalismo público).

É provável, no entanto, que esse aumento da receita fique em torno de R\$ 15 bilhões, pois assessores do Ministério da Fazenda informam que to-

do o ajuste fiscal deverá ficar entre 2,5% a 3% do Produto Interno Bruto (PIB).

Pronunciamento – O presidente do Banco Fonte Cindam, Luiz Antônio Gonçalves, disse ontem, no Rio, que o pronunciamento do presidente teve duas razões para agradar ao mercado. A primeira foi a ausência de surpresas e, a segunda, “a firmeza demonstrada para enfrentar a situação”.

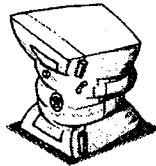
Integrante da equipe da ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello no governo Collor, Gonçalves disse que o discurso afastou boatos infundados espalhados por “irresponsáveis” com fins especulativos – como a possibilidade de mudança no câmbio, que chegou a circular ontem na Bolsa de Valores de Nova York. “O que ficou muito caracterizado é que o presidente tomou para si a responsabilidade de conduzir este ajuste emergen-

cial, com a urgência necessária.”

O presidente da Câmara de Comércio Americana, Joel Korn, disse que apenas cortar despesas não permitiria ao governo equilibrar as contas públicas. Por isso, reconheceu, não havia outro jeito a não ser elevar alguns tributos. Segundo ele, para os empresários de companhias estrangeiras instaladas no Brasil, assim como para toda a sociedade, o mais importante é que o governo apresente medidas realistas, que possam ser de fato executadas. “No passado, isso não ocorreu e foi muito ruim.” No entender de Korn, nada na fala do presidente deixou entrever que serão apresentadas hoje medidas heróicas, que depois terminarão não indo à frente.

O professor de economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC), Luiz Roberto Cunha, se disse animado com o pronunciamento. O presidente, disse Cunha, apenas deu as linhas gerais do ajuste, mas cumpriu o que era a tarefa mais importante neste momento: declarou enfaticamente que o principal problema é a Previdência pública e ele será atacado.

■ Colaboraram Gustavo Alves e Jô Galazi, do Rio. Mais sobre CPMF na página seguinte.



RECEITA COM
AUMENTO DE
TRIBUTOS PODE
ATINGIR R\$ 15 BI